



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar a regulamentação para proteger a legalidade e a segurança da circulação transfronteiriça de dados pessoais

Com o desenvolvimento coordenado das cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, mais residentes de Macau estão a optar por trabalhar, viver e desenvolver-se no Interior da China, sendo importante a integração das políticas das diversas regiões relacionadas com a vida da população. As “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” e o “Parecer sobre o Apoio Financeiro para a Construção da Zona de Cooperação Profunda de Hengqin-Guangdong”, lançados recentemente, aceleram a integração Hengqin-Macau, para facilitar a entrada e a saída dos residentes, a vida e o emprego, etc., incluindo o reforço da facilitação da circulação transfronteiriça de capitais, a implementação das transacções transfronteiriças individuais e do pagamento móvel, o tratamento completo do registo comercial transfronteiriço e a interligação e intercomunicação transfronteiriça dos dados de investigação científica nos termos da lei, entre outros. A sociedade está atenta à forma como se concretiza o objectivo da construção do sistema jurídico entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, salvaguardando os direitos e interesses das informações pessoais, a segurança transfronteiriça e a troca de informações ou dados nos termos da lei, favorecendo o desenvolvimento da indústria económica e a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

vida da população.

Tendo em conta o desenvolvimento tecnológico e os novos desafios da era da economia digital, a circulação transfronteiriça de dados será cada vez mais frequente. Deste modo, muitos países e regiões recorrem à revisão e ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, para se adaptarem às necessidades do desenvolvimento socioeconómico. Considerando que a Lei n.º 8/2005 (Lei da protecção de dados pessoais) já entrou em vigor há mais de dez anos, é possível, por um lado, ser incapaz de se adaptar e de regular eficazmente as novas matérias de protecção de dados pessoais resultantes do desenvolvimento tecnológico e económico, e, por outro, é necessário acompanhar a evolução dos tempos e aperfeiçoar as normas para satisfazer as necessidades de interligação e integração inter-regional. Além disso, as autoridades devem também avaliar a eficácia da protecção dos dados pessoais dos residentes desde a entrada em vigor da lei.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A Lei n.º 8/2005 (Lei da protecção de dados pessoais) entrou em vigor há mais de dez anos, com o objectivo de regular o tratamento e a protecção dos dados pessoais. Contudo, face ao desenvolvimento tecnológico e às mudanças sociais, com vista a equilibrar as necessidades da circulação legal transfronteiriça de informações e a proteger os direitos e interesses dos indivíduos, o Governo deve proceder à revisão da lei, com vista a enfrentar e a regular as novas matérias decorrentes do desenvolvimento social. Vai fazê-lo?

2. A construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin favorece a integração de Macau no desenvolvimento nacional, criando mais espaço e condições favoráveis para a criação de negócios, emprego, vida e desenvolvimento dos residentes. As normas e políticas recentemente publicadas, tais como, a interconexão e interoperabilidade financeira Macau-Hengqin, a circulação de capitais transfronteiriços, as transacções transfronteiriças individuais e o pagamento móvel, envolvem questões de legalidade e segurança da circulação transfronteiriça de informações. Como é que o Governo vai implementar as respectivas políticas, no sentido de promover a interligação e o desenvolvimento económico entre Macau e Hengqin, bem como as cidades da Grande Baía, com vista a facilitar ainda mais a vida dos residentes no Interior da China?

3. Muitos residentes queixam-se de terem sido vítimas de publicidade telefónica e até de burla telefónica, de origem desconhecida, o que incomoda bastante a população. Além do reforço dos trabalhos de divulgação, o Governo deve aperfeiçoar o regime jurídico e reforçar os trabalhos de execução da lei, com vista a reprimir os problemas decorrentes do uso abusivo dos dados pessoais. Vai fazê-lo?

3 de Março de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Cheng I**